

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS - 2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores e Senhoras Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Financeiras Regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito em nossa Companhia durante o exercício.

Desempenho Operacional Mercado Consumidor:

Consumidores	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	29.739	28.336	27.949	27.532	26.935
Comercial	3.194	3.104	3.047	3.026	2.974
Industrial	73	82	84	89	92
Rural	3.851	4.709	4.611	4.500	4.426
Poderes Públicos	453	447	451	421	421
Iluminação Pública	31	33	31	31	31
Serviço Público	65	69	66	66	62
Consumo próprio	11	11	11	11	16
Total	37.417	36.791	36.250	35.676	34.957
Variação	1,70%	1,49%	1,61%	2,06%	2,48%

Mercado atendido	2019	2018	2017	2016	2015
Fornecimento - MWh	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Residencial	49.065	46.220	45.078	43.324	42.083
Comercial	23.510	22.060	21.289	20.447	20.655
Industrial	15.871	16.212	14.183	13.440	14.349
Rural	19.736	18.171	16.820	18.208	17.627
Poderes públicos	6.037	5.892	5.851	5.618	5.537
Iluminação pública	5.771	7.499	8.895	9.518	9.371
Serviço público	4.642	4.578	4.583	4.662	4.498
Consumo próprio	197	192	207	224	223
Total	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Variação	3,31%	3,35%	1,27%	0,96%	0,23%

Balanco Energético	2019	2018	2017	2016	2015
Energia requerida - MWh	2019	2018	2017	2016	2015
Venda de energia	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Fornecimento	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Mercado atendido	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Perdas na distribuição	15.571	14.677	18.029	14.954	14.322
Perdas técnicas	13.817	13.121	15.385	13.948	13.404
Perdas não técnicas-PNT	1.754	1.556	2.644	1.006	918
PNT/Energia requerida - %	1,25%	1,15%	1,96%	0,77%	0,71%
Perdas totais - PT	15.571	14.677	18.029	14.954	14.322
PT/Energia requerida %	11,09%	10,83%	13,36%	11,47%	11,13%
Total	140.400	135.501	134.936	130.395	128.666

Índices Técnicos da CHESP:

O **índice de perdas** foi de 11,09%, resultado praticamente igual ao realizado em 2018 10,83%;

O Índice de Duração Equivalente por Consumidor – **DEC** foi de **9,79** horas e o Índice de Frequência Equivalente por Consumidor – **FEC** foi **9,73** vezes, são os melhores resultados da história da Companhia;

Índice IASC – 2019 - O resultado da Chesp, 74,86, no Índice Anel de Satisfação do Consumidor – IASC de 2019 foi o melhor em todos os 19 anos de pesquisa.

Lucro Líquido do exercício: também o melhor resultado da história da Companhia;

Investimentos:

Em 2019 os investimentos foram na ordem de R\$ 3,22 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros;

Certificação:

Os processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição continuaram certificados conforme a norma da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9001, versão 2015;

Eventos – Projetos Culturais e Esportivos:

Promover o contato e a prática com o campo cultural, contribuir para a melhoria da qualidade de vida, promover maior acesso à cultura e a prática da cidadania.

A CHESP apoiou por meio da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e Lei que instituiu o Programa Nacional de à Cultura (Pronac), os Projetos: “**Invenções Dramatúrgicas II - Núcleo de Dramaturgia Novo Ato**”, projeto de pesquisa e criação dramatúrgica de um livro com dois monólogos, uma minissérie, um roteiro de cinema dividido em três partes e uma peça de teatro; e “**Dodance – Mostra Cultural de Dança**”; projeto com o objetivo de produzir trabalhos de arte utilizando a dança como sua fonte de referência.

Agradecimentos:

Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, Governos Federal, Estadual e Municipais, fornecedores, prestadores de serviço, credores e, em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação.

Ceres, 31 de dezembro de 2019.

Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

BALANÇO SOCIAL CHESP – 31/12/2019 e 31/12/2018

1 – BASE DE CÁLCULO	2019			2018		
	R\$ Mil			R\$ Mil		
1.1-Receita Líquida (RL)	60.936			58.740		
1.2-Resultado Operacional (RO)	8.838			5.240		
1.3-Folha de Pagamento Bruta (FPB)	5.661			5.612		
	Valor	%	%	Valor	%	%
	Reais	sobre	sobre	Reais	sobre	sobre
	Mil	FPB	RL	Mil	FPB	RL
2-INDICADORES SOCIAIS INTERNOS						
2.1-Alimentação	1.044	18,44	1,71	1.008	17,96	1,72
2.2-Saúde	199	3,52	0,33	144	2,56	0,24
2.3-Educação	43	0,76	0,07	41	0,74	0,07
2.4-Participação dos trabalhadores nos Lucros ou Resultados	320	5,65	0,53	313	5,58	0,53
2.5-Gratificação de férias	174	3,07	0,29	165	2,93	0,28
2.6-Outros benefícios	111	1,96	0,18	106	1,89	0,18
	1.891	33,40	3,10	1.777	31,66	3,02
		% RO	% RL		% RO	% RL
3-INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	32.006	362,14	52,52	31.368	598,62	53,40
3.1-Tributos	32.006	362,14	52,52	31.368	598,62	53,40
4-CORPO FUNCIONAL				2019	2018	
4.1-Nº empregados ao final do exercício				123	123	
4.2-Escolaridade dos empregados:						
Superior com extensão universitária				37	34	
Ensino Médio				77	79	
Ensino Fundamental				5	5	
Outros				4	5	
4.3-Faixa etária dos empregados:						
Abaixo de 30 anos				23	25	
De 30 até 45 anos				65	64	
Acima de 45 anos				35	34	
4.4-Nº de admissões durante o exercício				5	10	
4.5-Nº de mulheres que trabalham na empresa				22	21	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres				9,1	9,5	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes				12,5	12,5	
4.6-Nº de negros que trabalham na empresa				4	4	
4.7-Aposentadoria no período				1	1	
4.8-Portadores de deficiência física				3	2	
4.9-Dependentes dos empregados				154	194	
4.10-Estagiários				1	1	
4.11-Relação entre a maior e a menor remuneração				12,10	12,52	
4.12-Nº de acidentes de trabalho sem afastamento				1	0	
4.13-Nº de acidentes de trabalho com afastamento				1	0	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados os(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados (as)

Valor adicionado total a distribuir (R\$ mil):

60.951

57.984

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

76,74%
governo

13,20%
colaboradores

5,82%
acionistas

2,78%
retidos

78,80%
governo

2,08%
terceiros

13,58%
colaboradores

3,01%
acionistas

2,53%
retidos

**BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018**

ATIVO

Circulante	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.472	5.218
Consumidores	5	11.503	10.963
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	6	55	67
Depósitos judiciais		-	1
Ativos financeiros setoriais	7	3.667	1.914
Tributos compensáveis	8	467	901
Parcelamento com órgãos públicos	9	1.372	1.361
Parcelamento com consumidores	10	160	92
Serviço em curso	11	1.717	1.023
Outros ativos circulantes	12	477	731
Almoxarifado operacional		434	338
Despesas pagas antecipadamente	13	80	110
Total do Ativo Circulante		27.406	22.717
Não Circulante			
Tributos compensáveis	8	515	331
Cauções e depósitos vinculados		1.079	976
Parcelamento com órgãos públicos	9	203	700
Parcelamento com consumidores	10	442	533
Adiantamento incentivos fiscais		12	12
Outros ativos não circulantes	14	1.668	1.668
Ativos de geração em curso a receber	15	-	96
Bens e direitos para uso futuro		1	1
Total do Ativo Não Circulante		3.919	4.316
Imobilizado	16	58.684	58.395
Intangível		38	51
		58.722	58.446
Total do Ativo Não Circulante		62.640	62.762
TOTAL DO ATIVO		90.046	85.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Circulante	Nota	2019	2018
Fornecedores	17	4.578	4.740
Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.026	861
Encargos		6	4
Tributos	19	2.220	1.615
Provisão para litígios trabalhistas		10	-
Dividendos e juros sobre capital próprio		201	207

Empréstimos e financiamentos	20	661	1.166
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	21	-	815
Obrigações estimadas com pessoal	18	602	566
Encargos setoriais	22	3.009	2.699
Passivos financeiros setoriais	23	1.302	1.275
Outros passivos circulantes		375	328
Total do Passivo Circulante		13.992	14.278
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	20	927	1.206
Provisão para litígios fiscais	24	9.902	7.535
Outros passivos financeiros setoriais	25	704	384
Incentivos fiscais	26	118	118
Outros passivos não circulantes		7	9
Obrigações vinculadas a concessão do serviço público	27	19.023	19.920
		30.681	29.172
Capital social	28	23.381	23.381
Reservas de capital	28	6.885	6.769
Reservas de lucros	28	10.032	6.486
Reservas de reavaliação	28	5.075	5.394
Total do Patrimônio Líquido		45.372	42.030
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		90.046	85.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

RECEITA	Nota	2019	2018
Fornecimento de energia elétrica	34	57.017	57.484
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		37.879	34.017
Serviços cobráveis	34	163	163
Ativos e passivos financeiros setoriais	34	2.291	3.857
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço		564	706
Outras receitas	34	4.916	4.942
		102.830	101.170
TRIBUTOS			
ICMS		(25.587)	(24.946)
PIS		(1.135)	(1.100)
COFINS		(5.270)	(5.309)
ISS		(13)	(12)
		(32.005)	(31.368)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	35	(292)	(281)
Programa de eficiência energética - PEE	35	(292)	(281)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	35	(7.471)	(7.472)
Taxa de fiscalização de serviços de energia	35	(99)	(93)
Outros encargos	35	(1.735)	(2.936)
		(9.889)	(11.062)
RECEITA LÍQUIDA		60.936	58.740
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda	36	(31.394)	(34.342)
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	36	(2.560)	(1.557)
		(33.954)	(35.899)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		26.981	22.841
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores		(9.328)	(9.109)

Material		(1.329)	(1.188)
Serviços de terceiros		(4.960)	(4.488)
Arrendamento e aluguéis		(24)	(23)
Seguros		(116)	(86)
Provisões		(10)	(109)
(-) Recuperação de despesas		242	259
Tributos		(103)	(120)
Depreciação e amortização		(2.398)	(2.362)
Gastos diversos	37	(828)	(1.091)
Outras receitas operacionais		23	37
Outras despesas operacionais		(175)	(217)
		(19.006)	(18.498)
RESULTADO DA ATIVIDADE		7.975	4.344
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	39	(867)	(1.183)
Receitas financeiras	39	1.730	2.079
		863	896
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		8.838	5.240
Despesa com Impostos sobre o Lucro			
Contribuição social	32	(888)	(500)
Imposto de renda	32	(2.429)	(1.358)
Resultado antes das participações		5.521	3.382
Participações	33	(283)	(169)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.239	3.213
LUCRO POR AÇÃO ORIGINADO DAS OPERAÇÕES - R\$		1,6066	0,9853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

Atividades Operacionais	2019	2018
Recebimentos de consumidores	100.733	98.218
Recebimento uso mútuo postes	301	319
Recebimento CCEE/repases CDE	4.443	4.841
Outros ingressos	1.875	1.995
Pagamentos a fornecedores	(5.450)	(5.260)
Pagamentos a pessoal	(9.903)	(9.799)
Pagamentos energia elétrica comprada	(32.619)	(34.961)
Pagamentos outras despesas	(933)	(1.236)
Caixa gerado pelas operações	58.447	54.117
Juros pagos	(430)	(728)
Tributos	(33.642)	(32.780)
Taxas regulamentares	(9.659)	(9.051)
Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(3.690)	(3.177)
Fluxo de Caixa antes item extraordinário	(47.422)	(45.736)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	11.025	8.381
Fluxo de Caixa das atividades de investimentos		
Compra do ativo imobilizado	(5.181)	(4.499)
Juros recebidos	1	-

Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(5.180)	(4.499)
Fluxo de Caixa das atividades financeiras		
Recebido por empréstimos e financiamentos	205	900
Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.189)	(2.158)
Dividendos/Juros s/capital próprio	(1.607)	(1.498)
Caixa Líquido consumido nas atividades financeiras	(3.591)	(2.756)
Aumento (redução) líquido na conta caixa	2.254	1.126
- Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.218	4.092
- Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.472	5.218
Aumento (redução) líquido na conta caixa	2.254	1.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2019	2018
Receitas de vendas de energia e serviços	102.830	101.170
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10)	(109)
Outras receitas (despesas) operacionais	(175)	(180)
	102.645	100.880
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	(33.954)	(35.899)
Materiais e serviço de terceiros	(6.289)	(5.676)
Outros gastos operacionais	(783)	(1.037)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(41.026)	(42.613)
(=) Valor Adicionado Bruto	61.619	58.267
(-) Depreciação e amortização	(2.398)	(2.362)
(=) Valor Adicionado Líquido Gerado	59.221	55.905
Receitas financeiras	1.730	2.079
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	60.951	57.984
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Empregados e Administração:		
Remunerações	5.377	5.416
Encargos sociais (exceto INSS)	427	417
Auxílio alimentação	992	977
Convênio assistencial e outros benefícios	657	589
Participação nos resultados	592	476
	8.045	7.875
GOVERNOS		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	25.587	24.946
PIS/COFINS	6.406	6.410
INSS (sobre folha de pagamento)	1.565	1.404
Imposto de renda e contribuição social	3.317	1.858
Encargos do consumidor	9.889	11.062
Outros impostos, taxas e contribuições	13	12
	46.776	45.691
Juros e variações monetárias	867	1.183
Aluguéis	24	23

Financiadores	891	1.205
Dividendos e participações	1.694	1.470
Lucros retidos	3.545	1.743
Acionistas	5.239	3.213
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	60.951	57.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018
 (valores em milhares de reais)
DMPL - REGULATÓRIA

EVENTOS	Capital Social	Remuneração Capital Próprio	Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas para Investimentos	Reservas de Reavaliação	Recursos para Aumento Capital	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DEZEMBRO 2017	21.804	711	1.787	4.220	420	4.323	5.904	1.200	-	40.369
Aumento capital social – AGE 23/01/18	1.577							(1.577)		
Remuneração capital próprio		51								51
Reserva reavaliação ajuste (VNR/VOC)							(510)			(510)
- Lucro líquido do exercício									3.213	3.213
Destinação do Lucro:										
Dividendos propostos									(1.470)	(1.470)
Reserva legal					161				(161)	-
Reserva para investimentos						1.582			(1.582)	-
Recursos destinado aumento capital								377		377
SALDO EM 31 DEZEMBRO 2018	23.381	762	1.787	4.220	581	5.905	5394	-	-	42.030
Remuneração capital próprio		116								116
Reserva reavaliação ajuste (VNR/VOC)							(319)			(319)
- Lucro líquido do exercício									5.239	5.239
Destinação do lucro:										
Dividendos propostos									(1.694)	(1.694)
Reserva legal					262				(262)	-
Reserva para investimentos						3.284			(3.284)	-
SALDO EM 31 DEZEMBRO 2019	23.381	878	1.787	4.220	843	9.189	5.075	-	-	45.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REGULATÓRIAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **Companhia Hidroelétrica São Patrício – CHESP** é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000. Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o **Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 44/1999-ANEEL**, vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para a prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional e econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento das metas. A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (parte, conforme Resolução ANEEL N°049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianápolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a micro região denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.chesp.com.br a partir de 29 de abril de 2020.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 20/03/2020.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, contabilizadas com base no regime de competência, e incluem os impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 5).

d) Almojarifado Operacional

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almojarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de venda de energia: reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Receita não faturada: correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

f) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos a prêmio de seguros.

g) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, corrigidos monetariamente até 31/12/1995, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro e Unidade de Adição e Retirada – UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta Resolução.

h) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos imobilizados intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Empréstimos e Financiamentos

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, representadas pelo valor principal da dívida, acrescidas de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

k) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

l) Outros Direitos e Obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Componente	2019	2018
Aplicações no mercado aberto	3.933	3.099
Contas bancárias à vista	2.873	1.276
Numerário em trânsito e caixa	666	843
Total	7.472	5.218

Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no Mercado Aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 5 – CONSUMIDORES

5.1 – Desempenho operacional

Em 31 de dezembro 2019 foram totalizadas 37.417 unidades consumidoras faturadas, número 1,7% superior ao de 2018 conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	29.739	28.336	27.949	27.532	26.935
Industrial	73	82	84	89	92
Comercial	3.194	3.104	3.047	3.026	2.974
Rural	3.851	4.709	4.611	4.500	4.426
Demais classes	560	560	559	529	530
Total	37.417	36.791	36.250	35.676	34.957

Em dez/19 a CHESP faturou 1.130 consumidores da classe rural como consumidor residencial em função do não recadastramento pôr parte do consumidor da revisão cadastral nos termos do Art. 53-X da Resolução Normativa nº 414 de 2010.

A CHESP registrou um crescimento da ordem de 3,31% em seu mercado consumidor, fornecendo 124.829 MWh de energia elétrica em 2019 (120.824 MWh em 2018). A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Classe de consumo	2019	2018	2017	2016	2015
Residencial	49.065	46.220	45.078	43.324	42.083
Industrial	15.871	16.212	14.183	13.440	14.349
Comercio e serviços	23.510	22.060	21.289	20.447	20.655
Rural	19.736	18.171	16.820	18.208	17.627
Poder Público	6.037	5.892	5.851	5.618	5.537
Iluminação Pública	5.771	7.499	8.895	9.518	9.371
Serviço Público	4.642	4.578	4.583	4.662	4.498
Consumo próprio	197	192	208	224	223
Total	124.829	120.824	116.906	115.441	114.343
Variação %	3,31%	3,35%	1,27%	0,96%	0,22%

Consumidores - circulante

Fornecimento	2019	2018
Faturado	5.832	5.716
Não faturado	3.739	3.185
Parcelamentos a receber	1.550	1.655
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(1)	(2)
Serviços cobráveis	30	33
Juros e multas s/faturas a receber	139	129
Outros créditos/débitos	214	247
Total	11.503	10.963

Consumidores – contas a receber

Classe de consumo	Valores correntes			Renegociados		Total	
	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD	2019	2018
Residencial	418	2.000	(132)	125	(7)	2.404	2.178
Residencial baixa renda	15	99	-	-	-	114	125
Industrial	237	287	(65)	50	-	509	694
Comércio e serviços	247	897	(62)	94	(8)	1.168	1.004
Rural	80	441	(10)	12	-	523	538
Poder público	308	695	(30)	1.033	-	2.006	2.138
Iluminação pública	237	334	-	252	-	823	888
Serviço público	-	-	-	-	-	-	88
Subtotal	1.542	4.753	(299)	1.566	(15)	7.547	7.653
Fornecimento não faturado	3.739	-	-	-	-	3.739	3.185
Serviço taxado/diversos	141	81	-	-	-	222	133
Compensação financ. DIC/FIC/DMIC	(1)	(4)	-	-	-	(5)	(8)
Total	5.421	4.830	(299)	1.566	(15)	11.503	10.963

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Consumidor – Classe	A vencer até 60 dias	Vencidas até 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas acima de 360 dias	Renegociados	Total	
	Faturado						2019	2018
Residencial	418	1.828	23	34	122	118	(139)	2.404
Residencial baixa renda	15	94	1	1	3	-	-	114
Industrial	237	188	-	29	70	50	(65)	509
Comércio e serviços	247	638	48	94	125	86	(70)	1.168
Rural	80	390	28	1	22	12	(10)	523
Poder público	308	287	18	14	376	1.033	(30)	2.006
Iluminação pública	237	170	31	-	133	252		823

Serviço público	-	-	-	-	-	-	-
Serviço taxado/diversos	141	58	5	4	14	-	222
Compensação DIC/FIC/DMIC	(1)	(1)	-	(1)	(2)	-	(5)
Total	1.682	3.652	154	176	863	1.551	(314)

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

- . Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- . Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- . Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Componentes	2019	2018
Encargos de uso da rede elétrica	10	25
Outros créditos – reembolso gastos operacionais	35	42
Total	45	67

NOTA 7 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/18	Adição	Amortização	Saldo 31/12/19	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Ativa	1.450	5.962	(4.130)	3.282	259	3.023	3.282
CVA – Energia comprada	1.128	2.400	(3.008)	520	-	520	520
Risco Hidrológico RTA/2019	-	2.411	-	2.411	-	2.411	2.411
CVA - CDE	322	1.012	(1.018)	316	259	57	316
Outros – deconto TUSD cons. livre	-	139	(105)	35	-	35	35
Demais Ativos Financeiros Setoriais	464	4.552	(4.631)	385	-	385	385
CDE descontos tarifários	341	3.988	(4.040)	289	-	289	289
Diferença mensal de receita Baixa Renda	123	564	(591)	95	-	95	95
Total	1.914	10.514	(8.761)	3.666	259	3.407	3.666

NOTA 8 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS s/compras para ativo fixo a recuperar em até 48 parcelas	413	515	299	331
Imposto de renda e contribuição social	54	-	146	-
Antecipação Lei 12996/2014	-	-	450	-
Total	467	515	895	331

NOTA 9 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

Orgão	Amortização	2019		2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura Municipal de Carmo Rio Verde – Parcelamento/16	12/16 a 03/21	548	38	395	191
Prefeitura Municipal de Uruana	03/13 a 02/19	-	-	6	-
Prefeitura Municipal de Rialma – Parcelamento 2016	12/16 a 11/21	198	165	231	363
Prefeitura Municipal de Nova Glória	11/16 a 02/20	516	-	489	27
Prefeitura Municipal de Ceres – Parcelamento 2014	12/14 a 11/19	-	-	206	-
Prefeitura Municipal de Ceres – Parcelamento 2017	04/17 a 12/20	92	-	92	100
Prefeitura Municipal de Ipiranga	09/17 a 08/20	18	-	34	18
Total		1.372	203	1.453	699

Prefeitura de Carmo Rio Verde – Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de abril de 2016 e janeiro de 2017;

Prefeitura de Uruana

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Rialma – Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente por meio do Processo 201602998293, comarca de Rialma-GO, corresponde a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de maio de 2015 a julho de 2016;

Prefeitura de Nova Glória

- Parcelamento autorizado pela Lei municipal nº 1.701 de 13 de outubro de 2016, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de agosto a outubro de 2016;

Prefeitura de Ceres – Parcelamento 2014

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referente ao período de maio de 2008 a março de 2009 e outubro de 2010 a maio de 2011;

Prefeitura de Ceres – Parcelamento 2017

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, Secretaria de saúde e Secretaria de educação vencidas entre junho de 2016 e janeiro de 2017;

Prefeitura de Ipiranga

- Contrato de confissão de dívida e compromisso de pagamento nº 221/2017, autorizado pela Lei Municipal nº 220/2017 de 20 de setembro de 2017, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos e iluminação pública vencidas no período de 06/05/2016 e 06/01/2017.

NOTA 10 – PARCELAMENTO COM CONSUMIDORES

Tributos	Amortização	2019		2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamento processo 201502005918	07/18 a 10/23	160	442	92	533

Termo de acordo de parcelamento firmado entre CHESP e consumidor em liquidação judicial referente a faturas de energia elétrica vencidas nos meses de abril e maio de 2015, Processo 201502005918 Juízo da Primeira Vara Civil de Goiânia.

NOTA 11 – SERVIÇOS EM CURSO

Componentes	2019	2018
- Serviço Próprio	1.713	1.015
ODS Serviço Próprio	55	26
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	1.658	989
ODS - Serviço Terceiros	3	8
- Total	1.716	1.023

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços.

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Componentes	2019	2018
Título de Capitalização/Cheque em cobrança especial	-	3
Adiantamento a empregados/fornecedores	116	152
Partes relacionadas	109	234
Fornecedores Proinfra/adiantamento	76	90
Prefeituras Municipais	25	21
Fatura aluguel de postes	38	49
Alienação/Desativação em curso	77	60
Parcelamento de créditos a receber de consumidores	160	92
Outros	37	30
Total	638	731

NOTA 13 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prêmios e Seguros	79	-	109	-
Fornecedores	1	-	1	-
Total	80	-	110	-

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbí.

NOTA 15 – ATIVOS DE GERAÇÃO A RECEBER

Valores a receber da empresa Companhia São Patrício de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CSP – G&T referente a investimentos realizados na instalação de novos equipamentos e reforma de itens de turbina e geradores da PCH Cachoeira do Lavrinha, conforme transferência do Contrato de Concessão nº 43/1999.

NOTA 16 – IMOBILIZADO

	2019	2018
Imobilizado em Serviço	37.477	36.918
Imobilizado em Curso	5.917	4.849
Ajuste Diferença (VNR/VOC)	15.290	16.628
Total	58.684	58.395

ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	Taxa Média %	2019	2018
DISTRIBUIÇÃO			
- Custo Histórico	3,69%	64.611	62.138
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		40.814	41.405
ADMINISTRAÇÃO			
- Custo Histórico	4,47%	837	839
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		1.315	1.324
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	3,70%	107.577	105.706
- Custo Histórico		65.448	62.977
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		42.129	42.729
(-) DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			
DISTRIBUIÇÃO			
- Custo Histórico		(27.354)	(25.475)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(25.848)	(25.120)
ADMINISTRAÇÃO			
- Custo Histórico		(618)	(584)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(991)	(981)
TOTAL DA DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO		(54.811)	(52.160)
- Custo Histórico		(29.972)	(26.059)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(26.839)	(26.101)
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO		52.767	53.546
IMOBILIZADO EM CURSO			
- Distribuição		5.917	4.849
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO		5.917	4.849
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO		58.684	58.395

Avaliação Patrimonial

A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição – VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

Imobilizado em Curso – Distribuição – refere-se essencialmente a investimentos em ampliação e reformas de redes de distribuição e subestações nos municípios atendidos pela Companhia.

As principais taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à **Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015** vigente emitida pelo Órgão Regulador, são as seguintes:

Ativo imobilizado em serviço	Taxas anuais %
Banco de capacitores	5,00 e 6,67
Chaves	3,33 e 6,67
Condutor	2,70 e 3,57
Edificação outras	3,33
Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de informática	16,67
Estrutura torre	2,70
Estrutura poste	3,57
Regulador de tensão	3,45 e 4,35
Transformador de distribuição	4,00
Medidores	4,00 e 7,69
Veículos	14,29

Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

Em função do disposto na Instrução Contábil - IC nº 6.3.6, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Vinculação do Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para efeitos de apresentação as demonstrações financeiras os bens vinculados estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 17 – FORNECEDORES

Fornecedores	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedor de energia elétrica	3.926	-	3.891	-
Materiais e serviços	652	-	849	-
Total	4.578	-	4.740	-

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Componentes	2019	2018
Folha de pagamento líquida	296	271
Tributos retidos na fonte	126	106
Participações nos lucros e resultados	606	482
Outras	2	2
Total	1.030	861

Obrigações estimadas com pessoal

Componentes	2019	2018
Provisão de férias e encargos sociais	602	566
- Total	602	566

NOTA 19 – TRIBUTOS

Impostos/Contribuições	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	1.172	-	1.003	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	453	-	88	-
INSS	163	-	147	-
PIS/COFINS	332	-	285	-
Outros	100	-	92	-
Total	2.220	-	1.615	-

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDORES		2019			2018		
Operação	Juros % aa/am	Encargos de Dividas	Principal		Encargos de Dividas	Principal	
			Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
BBD/FINAME TRAF0 25MVA Contr: 6026904	4,5aa	4	167	599	1	153	767
BBD/FINAME Religador Automat Contr: 6039826		-	39	182	-	-	-
BB CCB 045809011	3,924aa	1	214	-	3	514	214
Eletrobrás-Contr.ECF0321/2011	5,0aa	-	24	71	-	23	94
Eletrobrás-Contr.ECF262/2009	5,0 aa	-	31	25	-	31	55
Eletrobrás-Contr.ECFS205/2007	5,0 aa	-	26	-	-	44	26
CCB-Bradesco Financ.Veículo 3050646-8 - Cam Volvo	12,0aa	-	14	-	-	41	14
BB-GIRO/EMPRESA-Contrato 045809454 Veículo Amarok	11,4aa	-	51	13	-	-	-
BB-GIRO/EMPRESA-Contrato 045809454- Veículo Amarok	11,4aa	-	51	30	-	-	-
Financiamento Cartão BNDES	12,6aa	-	16	-	-	-	-
BCO VW AMAROK NF449015	24,56aa	-	6	-	-	25	6
Banco VW Contr.39989811 AMAROK	16,49aa	1	22	7	-	22	30
BCO VW SAVEIRO NF133756	22,48aa	-	-	-	-	2	-
CDC-Bradesco Financ. Veículo 3004061-2	16,90aa	-	-	-	-	6	-
BCO VW SAVEIRO NF136644	21,11aa	-	-	-	-	1	-
Mútuo Ricardo Pina Martin	0,9am	-	-	-	-	303	-
Total		6	661	927	4	1.166	1.206

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Componente	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Valor da amortização anual							
INDEXADOR			TJLP		RGR	Outros	T O T A L
%			64,4		11,1	24,5	100

Operação	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
BB/FINAME Trafo 25MVA	Linhas e Redes - Subestação	4,5%aa	TJLP	02//2019 A 07/2024	766
BB CCB Contr.045809011	Capital de Giro	3,924%aa	TLLP	09/2018 A 05/2020	214
Eletrobrás-ECFS-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	01/2014 a 12/2023	95
Eletrobrás-ECF262/2009	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	06/2011 a 08/2021	56
Eletrobrás-ECFS-205/2007	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	07/2010 a 06/2020	26
CCB-BBD-Contr.3050646-8	Financiamento veículo	12,00%aa	TJLP	12/2016 a 05/2020	14
BCO VW AMAROK 39989811	Financiamento veículo	16,49%aa	Outros	05/2018 a 04/2021	29
BB-GIRO-Contr045809454	Financiamento veículo	11,4aa	Outros	04/2019 a 03/2021	64
BB-GIRO-Contr045809454	Financiamento veículo	11,4aa	Outros	08/2019 a 07/2021	81

Mutações de Empréstimos e Financiamentos	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2017	457	368
Ingressos/Capitalizações	951	1.326
Amortização	(730)	-
Transferências	488	(488)
Saldo em 31/12/2018	1.166	1.206
Ingressos/Capitalizações	194	302
Amortização	(1.293)	-
Transferências	594	(581)
Saldo em 31/12/2019	661	927

Ingressos/Capitalizações: referem-se a financiamento de máquinas e equipamentos e veículos adquiridos em 2019 (R\$ mil 496)

NOTA 21 – CONCESSIONARIAS E PERMISSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Refere-se à incorporação na base de remuneração da CHESP a Subestação Rialma (69/34,5kV), conforme Despacho ANEEL/SFF nº 2.578, de 16 de agosto de 2012, que anuiu com a desvinculação e alienação pela CELG-D à CHESP.

Credora	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
CELG Distribuição S/A – CELG - D	-	-	815	-

NOTA 22 – ENCARGOS SETORIAIS

Encargos	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	269
Taxa de Fiscalização	9	8
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética – a aplicar	2.423	1.992
Bandeira Tarifária	577	430
Total	3.009	2.699

PEE e P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel nº. 300/2008 e 316/2008. Está registrado em 31/12/19 como serviço em curso o valor de R\$ 1.658 referente a aplicação de recursos de PEE e P&D cujas ordens em curso ainda não foram encerradas.

NOTA 23 – PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/18	Adição	Amortização	Saldo 31/12/19	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Passiva	313	1.228	(1.069)	472	-	472	472
CVA – Energia comprada	313	130	(443)	-	-	-	-
CVA - PROINFA	-	14	-	14	-	14	14
CVA - CDE	-	1.084	(626)	458	-	458	458
Demais Passivos Financeiros Setoriais	962	987	(1.119)	830	-	830	830
Bandeira tarifária	601	977	(757)	821	-	821	821
Neutralidade/Adicional PEE 2010/2012	361	-	(361)	-	-	-	-
Total	1.275	2.215	(2.188)	1.302	9	1.293	1.302

NOTA 24 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS

Fiscais: PIS/COFINS - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia. Créditos de processo judicial transitado em julgado, já

homologado pelo Despacho Decisório nº 7/2020-SAORT/DRF-ANÁPOLIS/GO, aguardando **Habilitação de Crédito Tributário Reconhecido em Decisão Judicial**

NOTA 25 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Componente	2019	2018
	Não circulante	Não circulante
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	704	384

São valores faturados de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos e que na próxima revisão tarifária contribuirão com a modicidade tarifária.

NOTA 26 - INCENTIVOS FISCAIS

São incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás por meio da Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

Componentes	2019	2018
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	98
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	28	20
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	118	118

A companhia recolheu, a título de antecipação do Projeto Produzir, 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual.

De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 27 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão.

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		26.476	-	-	26.476
Participação da União, Estados e Municípios		1.072	-	-	1.072
Participação Financeira do Consumidor		21.966	-	-	21.966
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		3.438	-	-	3.438
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		7.503	-	-	7.503
Participação da União, Estados e Municípios		535	-	-	535
Participação Financeira do Consumidor		5.443	-	-	5.443
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		1.526	-	-	1.526
Total		18.972	-	-	18.972

Obrigações	2019	2018
Em serviço	18.972	19.912
Em curso	50	8
Total	19.022	19.920

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

NOTA 28 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	2019			2018		
	Quantidade de ações	Valor da ação - R\$	Capital Social	Quantidade de ações	Valor da ação - R\$	Capital social
Ações ordinárias	3.260.982	7,17	23.381	3.260.982	7,17	23.381
Total	3.260.982	-	23.381	3.260.982	-	23.381

Em 31 de dezembro de 2019 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) é de R\$ 12,47 (2018 – R\$ 11,44).

Reservas de Capital	2019	2018
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	878	762
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	4.220
Total	6.885	6.769

Reservas de Lucros	2019	2018
Reserva legal	843	581
Reserva para investimentos	9.188	5.905
Reservas de reavaliação	5.075	5.394
Total	15.106	11.880

A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.

A Administração da companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ mil 3.284 da conta de lucros acumulados para a conta de reserva para investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios.

NOTA 29 – CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, a saber:

BALANÇO PATRIMONIAL		2019			2018		
CONCILIAÇÃO SOCIETÁRIA X REGULATÓRIA	Nota	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
ATIVO							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		7.472	-	7.472	5.218	-	5.218
Consumidores		11.503	-	11.503	10.963	-	10.963
Concessionárias e Permissionárias		55	-	55	67	-	67
Ativos financeiros setoriais		3.667	-	3.667	1.914	-	1.914
Tributos compensáveis		467	-	467	901	-	901
Parcelamentos com órgãos públicos		1.372	-	1.372	1.361	-	1.361
Parcelamentos com consumidores		160	-	160	92	-	92
Serviços em curso		1.717	-	1.717	1.023	-	1.023
Outros ativos circulantes		477	-	477	732	-	732
Almoxarifado Operacional		434	-	434	338	-	338
Despesas Pagas antecipadamente		80	-	80	110	-	110
Total do Ativo Circulante		27.406	-	27.406	22.717	-	22.717
Ativo não circulante							
Tributos compensáveis		515	-	515	331	-	331
Cauções e depósitos vinculados		1.079	-	1.079	976	-	976
Parcelamento com órgãos públicos		203	-	203	700	-	700
Parcelamento com consumidores		442	-	442	533	-	533
Adiantamento incentivos fiscais		12	-	12	12	-	12
Outros ativos não circulantes		1.668	-	1.668	1.668	-	1.668
Ativos de geração em curso a receber		-	-	-	96	-	96
Bens e Direitos para uso futuro		1	-	1	1	-	1
Ativo financeiro da concessão	16	-	5.917	5.917	-	4.849	4.849
Intangível	16	-	29.072	29.072	-	28.968	28.968
Imobilizado	16	58.684	-	58.684	58.395	-	58.395
Intangível	16	38	-	38	51	-	51
Total do Ativo Não Circulante		62.640	-	23.733	38.908	-	24.630
Total do ativo		90.046	-	23.733	66.313	-	24.630
					85.480	-	60.850

PASSIVO

PASSIVO						
Passivo circulante						
Fornecedores	4.578	-	4.578	4.740	-	4.740
Obrigações sociais e trabalhistas	1.026	-	1.026	861	-	861
Encargos de dívidas	6	-	6	4	-	4
Tributos	2.220	-	2.220	1.615	-	1.615
Provisão para litígios trabalhistas	10	-	10	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	201	-	201	207	-	207
Empréstimos e financiamentos	661	-	661	1.166	-	1.166
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	-	-	-	815	-	815
Obrigações estimadas com pessoal	602	-	602	566	-	566
Encargos setoriais	3.009	-	3.009	2.699	-	2.699
Passivos regulatórios	1.302	-	1.302	1.275	-	1.275
Outros passivos circulantes	375	-	375	328	-	328
Total do passivo circulante	13.992	-	13.992	14.278	-	14.278
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	927	-	927	1.206	-	1.206
Provisão para litígios fiscais	9.902	-	9.902	7.535	-	7.535
Passivos financeiros setoriais	704	-	704	384	-	384
Incentivos fiscais	118	-	118	118	-	118
Outros Passivos Não Circulantes	7	-	7	9	-	9
Obrigações vinc a concessão do serviço público	27	19.023	-	19.920	-	19.920
Capital social	23.381	-	23.381	23.381	-	23.381
Reservas de capital	6.885	-	6.885	6.769	-	6.769
Reservas de lucros	10.032	364	10.396	6.486	683	7.169
Reservas de reavaliação	28	5.075	-	5.394	-	5.394
Adiantamento para aumento capital social	-	-	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	76.054	-	23.733	52.320	71.202	46.572
Total do passivo	90.046	-	23.733	66.313	85.480	24.630
						60.850

NOTA 30 – PARTES RELACIONADAS

Serviços	2019		2018	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	127	1.762	93	1.229
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI's - investimentos	54	1.047	89	818
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - baixas	3	117	7	97
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's - resultado	12	278	14	268
TOTAL	196	3.204	203	2.412

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda – ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão – AT em 69kV, serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de árvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais em portarias de prédios, limpeza e conservação e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 951 de 04 de abril de 2017, assim registrados:

Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2019.

Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas

NOTA 31 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos

Componentes	2019	2018
Lucro líquido do exercício	5.239	3.213
(-) Constituição de reserva legal	(262)	(161)
Lucro líquido ajustado	4.977	3.052
Dividendos propostos	1.244	763
(-) Dividendos intermediários	(1.694)	(1.470)

NOTA 32 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia optou pela tributação pelo lucro real no ano de 2019, calculando a provisão para o imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o valor que excedeu a R\$ 240 mil. A provisão para contribuição social foi constituída a alíquota de 9% do lucro líquido ajustado antes do imposto de renda, conforme legislação específica da Receita Federal.

NOTA 33 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia reconheceu no resultado do exercício R\$ 320 mil para empregados a título de Programa de Participação nos Resultados – PPR e R\$ 283 mil para diretores (2018 – R\$ 313 mil e R\$ 169 mil respectivamente).

NOTA 34 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

FORNECIMENTO FATURADO	Nº de Consumidores em 31.12		MWh		Receita	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
CLASSE						
Residencial	29.739	28.336	49.065	46.220	43.160	40.690
Industrial	73	82	15.871	16.212	10.575	10.682
Comércio e serviços	3.194	3.104	23.510	22.060	20.274	19.229
Rural	3.851	4.709	19.736	18.171	9.748	9.445
Poder Público	453	447	6.037	5.892	4.831	4.783
Iluminação Pública	31	33	5.771	7.499	2.862	3.798
Serviço Público	65	69	4.642	4.578	2.906	2.874
Consumo Próprio	11	11	197	192	-	-
(=) Fornecimento faturado	37.417	36.791	124.829	120.824	94.356	91.501
Fornecimento Não Faturado					554	(1)
Fornecimento de energia elétrica	37.417	36.791	124.829	120.824	94.910	91.500
Descontos Tarifários e Equilíbrio da Redução Tarifária – aportes CDE					3.988	4.048
Subsídio Baixa Renda					564	706
Encargos de conexão de agentes de geração					306	282
Renda da prestação de serviço					408	346
Serviço taxado					163	163
Arrendamento e aluguéis					393	331
CVA ativa/passiva e demais passivos regulatórios					2.291	3.857
Fornecimento diferimento ou devoluções					(320)	(280)
Outras receitas					127	217
Outras receitas operacionais					7.920	9.670
Total da receita operacional bruta					102.830	101.170
Deduções da receita operacional						
ICMS					(25.587)	(24.946)
PIS					(1.135)	(1.100)
COFINS					(5.270)	(5.309)
ISS					(13)	(12)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(7.471)	(7.472)
Programa de P&D e eficiência energética					(584)	(561)
Bandeira tarifária					(1.735)	(2.936)
Taxa de fiscalização					(99)	(93)
Total deduções da receita operacional					(41.894)	(42.429)
Receita operacional líquida					60.936	58.740

*crescimento de mercado de 3,31% no ano

Deduções da receita operacional – Consideramos como deduções da receita operacional, valores de PIS R\$ mil 422 (2018-R\$ mil 412) e COFINS R\$ mil 1.945 (2018- R\$ mil 1.900) calculados sobre o ICMS, contabilizados em gastos operacionais (provisão para litígios fiscais) com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502.

Processo judicial transitado em julgado, já homologado pelo Despacho Decisório nº 7/2020-SAORT/DRF-ANÁPOLIS/GO

Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

NOTA 35 – ENCARGOS SETORIAIS

Componentes	2019	2018
Conta de desenvolvimento energético – CDE	7.471	7.472
Taxa de fiscalização – ANEEL	99	93
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	584	561
PROINFA	1.078	910
Bandeira tarifária	1.735	2.936
Total	10.967	11.972

NOTA 36 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

A partir de 01/08/2017 a CHESP deixou de ser suprida pela Companhia Energética de Goiás - CELG-D e passou a comprar energia da COPEL Geração e Transmissão S/A. Como consequência de estar operando diretamente no mercado, passou a receber de forma direta a energia compulsória das seguintes fontes: Itaipu, Eletronuclear, Cotas de Garantias Físicas. Por questões contratuais a COPEL fornece a energia complementar para propiciar o atendimento a totalidade do mercado da CHESP.

Componentes	MWh		Reais mil	
	2019	2018	2019	2018
CELG Distribuição S/A – CUSD/TUSD	-	-	3.645	7.060
COPEL Geração e Transmissão S/A	80.250	78.521	12.257	11.560
Cotas de Garantias Físicas / Recontabilização	33.197	33.037	7.154	8.971
Eletrobrás – Cotas demanda Itaipu	23.756	21.034	6.000	4.952
Eletronuclear – Cotas de energia nuclear - Angra	4.462	3.929	1.038	974
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	2.952	2.913	1.078	910
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	2.560	1.472
Energia microgeração	-	-	222	-
Total	144.617	139.434	33.954	35.899

NOTA 37 – GASTOS DIVERSOS

Componentes	2019	2018
Taxa arrecadação	226	391
Penalidades contratuais e regulatórias AI e DIC/FIC/DMIC	91	126
Mensalidades associativas	18	19
Custeio conselho de consumidores	38	35
Consumo próprio energia elétrica	179	175
Indenizações por perdas e danos	185	204
Outras	91	141
Total	828	1.091

NOTA 38 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Componentes	2019	2018
Ganhos na alienação de bens e direitos	22	37
Perdas na desativação de bens e direitos	(197)	(217)
Total	(175)	(180)

NOTA 39 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2019	2018
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	1.167	1.120
Renda de aplicação financeira	232	203
Receita financeira de precatório	-	302
Juros de parcelamentos	26	205
Receita financeira de recontabilização	177	110
Atualização de Ativos Regulatórios	83	101
Varição monetária energia Itaipu	77	82
Outras receitas financeiras	52	57
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(84)	(101)
Total	1.730	2.079

Despesas Financeiras	2019	2018
Juros e variação monetária incorporação SE/Rialma	379	616
Varição monetária energia Itaipu	136	189
Despesa financeira de recontabilização - CCEE	-	108
Encargos das dívidas de curto prazo – juros	32	49
Encargos das dívidas de curto prazo – empréstimos e financiamentos	147	69
Multas sobre impostos e contribuições sociais	78	8
Varição monetária de passivos regulatórios	49	77
Outras despesas financeiras	46	67
Total	867	1.183
RESULTADO FINANCEIRO	863	896

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996.

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 40 – SEGUROS

A Companhia mantém cobertura da frota de veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e ou materiais incorridos;

Seguradora	Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
BB Seguros	Apólice 3897690692331-cobertura abrangente	28/12/19 a 28/12/20	Tabela FIPE	94

NOTA 41 – ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Reajuste Tarifário Anual – RTA - 2019

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboraram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), custo gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pelo fator X.

Por meio Resolução Homologatória nº 2.639, de 19 de novembro de 2019, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário anual da CHESP em -0,12% (menos zero virgula doze por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, para o período de 22 de novembro de 2019 a 21 de novembro de 2020.

II) Revisão Tarifária Periódica - RTP

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária da companhia é novembro de 2021. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios, a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita													2019	2018
Mês>>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Reais	47	49	46	47	47	46	44	45	48	48	49	48	564	706

Esses valores foram contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 se apresenta no valor de R\$ 96 (2018 - R\$ 123).

NOTA 42 – OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Universalização

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 37.417 unidades consumidoras, sendo 29.739 da classe residencial, 3.851 da classe rural, 3.194 da classe comercial e 633 das demais classes.

II) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição – TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

III) Bandeiras Tarifárias

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - **PRORET**.

No exercício de 2019 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 1.735 mil de Bandeira Tarifária. Deste montante, após homologação pela ANEEL, R\$ 144 mil foram repassados a CCEE, R\$ 29 foram repassados pela CCEE para a CHESP visando cobertura de risco hidrológico, R\$ 222 mil foram considerados no reajuste tarifário de 2019 como **Conta de compensação de variação de custos da parcela “A”- CVAenergia**, R\$ 821 transferidos para CVA em curso e R\$ 577 mil continuam em aberto registrado no passivo como – encargos setoriais (nota 22);

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

=====

Maria Cristina de Pina Martin
Presidente

Ricardo de Pina Martin
Conselheiro

Guilherme de Pina Martin
Conselheiro

Antônio Luiz de Pina Neto
Conselheiro

Rodolfo de Podestá Martin
Conselheiro

DIRETORIA

=====

Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

Carolina de Podestá Martin Santana
Diretora Administrativo-Financeira

Rauffin Gonçalves de Souza
Diretor Técnico-Comercial

Vanderlei da Costa
Contabilista CRC/GO N°007250/O-2
CPF 167.147.171-72

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO – CHESP

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP, que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa número 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o MCSE.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa dois (2) às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board (Iasb), sobre o qual foi emitido relatório de auditoria independente separado, com data de 19 de março de 2020.

Porto Alegre, 16 de abril de 2020.